TL590

O julgamento de Xanana Gusmão: a "justiça" para estrangeiro consumir

As interdependências em que se encontra o regime de Jacarta na arena internacional e a sua ambição a desempenhar aí um papel de referência na defesa dos interesses dos países do Sul, obrigaram-no a organizar uma farsa com o julgamento de Xanana Gusmão.

Embora reivindicando o estatuto de "questão interna" para o julgamento, a verdade é que o regime de Jacarta joga com ele internacionalmente e fez depender a oportunidade da sua realização - e as condições em que o mesmo se desenrola - de um conjunto de factores externos, de que é exemplo maior o começo dos trabalhos da Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra.

As medidas especiais de segurança - pudicamente disfarçadas, mas publicamente anunciadas pelas autoridades militares - mostram que nem o próprio regime acredita nos resultados intimidatórios das confissões de "arrependimento" em massa por ele organizadas, pois como desabafou um deputado indonésio aos jornalistas do seu país para justificar os seus apelos a redobradas medidas de segurança para o período em que vai decorrer o julgamento, "*duvido que fossem sinceros com as suas declarações de lealdade ao governo*" (UPI, AP, 12/1/93).

A disponibilidade demonstrada por organizações como o YLBHI (Fundação Indonésia dos Institutos de Ajuda Legal) ou o Ikadin (uma associação correspondente à Ordem dos Advogados) para defender Xanana Gusmão, confirma que existe hoje na sociedade indonésia uma consciência crítica que se opõe às práticas autoritárias do regime.

A recusa das autoridades em permitir que estas organizações se encontrassem com Xanana antes do julgamento faz parte das pressões a que ele se encontra submetido e em que se incluem ameaças à segurança dos seus familiares que se encontram sob custódia dos militares, para que escolhesse advogados "aceitáveis" aos olhos do regime e se comporte segundo as regras definidas pelos carcereiros.

Nestas condições não são de esperar milagres. Os Timorenses já aprenderam à sua própria custa que nada têm a esperar do céu e tudo da sua coragem, da sua tenacidade, da sua capacidade em renascer nas situações mais difíceis.

O regime colonial indonésio não tem legitimidade para julgar Xanana Gusmão. O regime colonial indonésio não tem legitimidade para julgar os Timorenses que se batem para que lhes seja reconhecido o seu direito a viver em paz e em liberdade numa pátria livre e independente. Compete-nos, a todos nós, fazer-lhe sentir os custos dessa ilegitimidade.

Lisboa, 2 de Fevereiro de 1993

Comissão «Liberdade para Xanana, liberdade para Timor»